

N.F. Nº - 281392.0185/18-9  
NOTIFICADO - CÁSSIA ALMEIDA GUSMÃO  
NOTIFICANTES - PAULO CÂNCIO DE SOUZA e MARCOS LOPEZ COSTA SANTOS  
ORIGEM - INFAZ ATACADO  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 22.10.2021

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0373-06/21NF-VD

**EMENTA:** ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. Documentos anexados pela Defendente elidem a acusação fiscal. Restou evidenciado tratar-se de um Transmissão “CAUSA MORTIS”, efetivada por meio de Escritura Pública de Inventário Conjunto. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 21/12/2018, exige do Notificado ITD no valor de R\$2.022,95, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.01: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos.

Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 16 a 36) alegando que a doação que recebeu no ano de 2013, no valor de R\$57.798,57, foi realizada pelos irmãos da Notificada, sendo esta a donatária no processo de partilha de inventário de seus pais. Ocorre que, no referido inventário, o irmão da Notificada, Sr. MARCOS ALMEIDA GUSMÃO, CPF nº 164.733.025-49, foi o inventariante e, por este motivo, o ITD que agora é cobrado da Notificada, já foi pago, tempestivamente e em sua totalidade, em nome do irmão supracitado. A quitação se deu por meio de DAE no valor de R\$3.813,60, conforme Escritura de Inventário e Partilha dos espólios de JOÃO RANULFO GUSMÃO FILHO e MARIA ANGÉLICA ALMEIDA GUSMÃO, registrada no Tabelionato do 4º Ofício de Notas, livro 1.236, fls. 178, ordem 6.951.

Finaliza a peça defensiva pugnando pela inexistência do débito tributário descrito no presente lançamento.

Na Informação Fiscal de fls. 39, o Notificante inicialmente reproduz o conteúdo do lançamento e da argumentação da Notificada. Esclarecendo que: 1) segundo espelho da Receita Federal, o transmitente do valor de R\$57.798,57 foi JOÃO GUSMÃO FILHO, CPF nº 001.037.215-68; 2) Segundo o formal de partilha, a Notificada foi herdeira do transmitente e o mesmo faleceu em 07/08/1998; 3) a data da doação indica que é descartável a possibilidade de qualquer doação em vida, a não ser que registrada posteriormente; 4) o valor recebido de herança é de R\$11.559,74, havendo uma diferença de R\$ 46.238,83 (R\$57.798,57 – R\$11.559,74) e 5) foi tentado contato postal, para obter a declaração do IR completa, visando encontrar uma possível explicação para divergência, tendo sido usado o mesmo endereço citado no processo de justificação, aberto em 10/01/2019. Registra que a correspondência não foi recebida, tendo como motivo da devolução a situação de “AUSENTE” e que foi tentado contato telefônico, igualmente sem êxito.

Finaliza informação, sugerindo a improcedência parcial da Notificação, considerando a base de cálculo de R\$46.238,83.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

## VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ITD no valor de R\$2.022,95 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de créditos. O Contribuinte declarou uma doação efetuada de R\$57.798,70 no Imposto de Renda, referente ao ano calendário de 2013, sendo intimado via Aviso de Recebimento – AR e edital, mas não comparecendo na SEFAZ/BA.

Registre-se que a SEFAZ/BA tomou conhecimento da doação a partir de dados informados pela Receita Federal, através de Convênio de Cooperação Técnica.

Cumpra destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais, e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, a Notificada alega que a doação que recebeu no ano de 2013, no valor de R\$57.798,57, fruto de processo de partilha de inventário de seus pais, no qual seu irmão, Sr. MARCOS ALMEIDA GUSMÃO, CPF nº 164.733.025-49, foi o inventariante. Por este motivo, o ITD que agora é cobrado da Notificada, já foi pago, tempestivamente e em sua totalidade, em nome do irmão supracitado. A quitação se deu por meio de DAE no valor de R\$3.813,60, conforme Escritura de Inventário e Partilha dos espólios de JOÃO RANULFO GUSMÃO FILHO e MARIA ANGÉLICA ALMEIDA GUSMÃO, registrada no Tabelionato do 4º Ofício de Notas, livro 1.236, fls. 178, ordem 6.951.

Finaliza a peça defensiva pugnando pela inexistência do débito tributário descrito no presente lançamento.

Em suma, na Informação fiscal, o Notificante esclareceu que: 1) segundo espelho da Receita Federal, o transmitente do valor de R\$57.798,57 foi JOÃO GUSMÃO FILHO, CPF nº 001.037.215-68; 2) segundo o formal de partilha, a Notificada foi herdeira do transmitente e o mesmo faleceu em 07/08/1998; 3) a data da doação indica que é descartável a possibilidade de qualquer doação em vida, a não ser que registrada posteriormente; 4) o valor recebido de herança é de R\$11.559,74, havendo uma diferença de R\$46.238,83 (R\$57.798,57 – R\$11.559,74) e 5) foi tentado contato postal, para obter a declaração do IR completa, visando encontrar uma possível explicação para divergência, tendo sido usado o mesmo endereço citado no processo de justificação, aberto em 10/01/2019. Registra que a correspondência não foi recebida, tendo como motivo da devolução a situação de “AUSENTE” e que foi tentado contato telefônico, igualmente sem êxito.

Finaliza informação, sugerindo a improcedência parcial da Notificação, considerando a base de cálculo de R\$46.238,83.

Compulsando os documentos constantes nos autos, verifico que na Escritura Pública de Inventário Conjunto e Partilha dos Bens dos Espólios de JOÃO RANULFO GUSMÃO FILHO e MARIA ANGÉLICA ALMEIDA GUSMÃO (fls. 19 a 24-verso), declarou-se a partilha de cotas percentuais de quatro bens imóveis deixados, devido aos falecimentos dos genitores. Cada donatário recebeu a quantia de R\$11.559,74, sendo recolhido em 10/07/2013, um valor de ITD equivalente a R\$3.813,60 (fl. 17). Essa quitação foi efetivada pelo Sr. MARCOS ALMEIDA GUSMÃO, irmão da Notificada, que foi nomeado inventariante do feito.

Em contrapartida, observo que, na fl. 03, consta a informação, extraída da DIRPF da Notificada, referente ao recebimento, no ano calendário de 2013, de uma doação no valor de R\$57.798,70. Constatando que, no verso da fl. 18, existe outra informação que se refere aos bens a serem partilhados, após o falecimento dos pais da Notificada, entre os irmãos MARCOS ALMEIDA GUSMÃO, MARCELO ALMEIDA GUSMÃO, ANA GUSMÃO PAIVA e CASSIA ALMEIDA GUSMÃO. Trata-se dos mesmos quatro imóveis, os quais totalizam o montante de R\$231.194,82, conforme descrito na tabela abaixo.

Note-se que, no presente caso, existiu uma transmissão de partes de bens imóveis, devido aos falecimentos dos pais da Notificada, num montante de R\$46.238,96 e que a Lei nº 4.826 de 27/01/1989 estabelece no art. 4º, inciso V, que são isentas as transmissões causa mortis de bens ou direitos, cujo valor total do espólio seja de até R\$100.000,00 (cem mil reais), conforme transcrito a seguir.

(...)

*V - as transmissões causa mortis de bens ou direitos cujo valor total do espólio seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).*

(...)

Considerando que o total da transmissão, que consta na referida Escritura, foi inferior a R\$100.000,00, entendo improceder a exigência contida neste lançamento.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº 281392.0185/18-9, lavrada contra CÁSSIA ALMEIDA GUSMÃO.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 13 de outubro de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR